

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA DA 10ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SALES PIMENTA

Nos dias oito, nove e dez de outubro de dois mil e vinte e quatro, na sala plenária do Edifício Multi 1 Brasil, Bloco A, Térreo Asa Sul, Brasília/DF, foi realizada a 10ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros.

Dia 08/10/2024:

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH;
Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC;
Conselheiro(a) do Instituto Vladimir Herzog;
Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST;
Conselheiro(a) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas;
Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres;
Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
Conselheiro(a) do CEJIL;
Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial;
Conselheiro(a) da Secretaria-Geral da Presidência da República;
Conselheiro(a) da Justiça Global;
Conselheiro(a) do Mulungu;
Conselheiro(a) da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT;
Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Dia 09/10/2024:

Conselheiro(a) do Instituto Vladimir Herzog;
Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST;
Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH;
Conselheiro(a) do Mulungu;
Conselheiro(a) da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos SMDH;
Conselheiro(a) da Justiça Global;
Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC;
Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres;
Conselheiro(a) do CEJIL;
Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial;
Conselheiro(a) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas;
Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Dia 10/10/2024:

Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial;
Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres;
Conselheiro(a) do CEJIL;
Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
Conselheiro(a) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
Conselheiro(a) do IDEAS AP;
Conselheiro(a) do Instituto Vladimir Herzog;
Conselheiro(a) do Mulungu;
Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH;
Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC;
Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST;
Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas;
Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas;
Conselheiro(a) da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT;
Conselheiro(a) da Justiça Global;
Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
Conselheiro(a) da Força Nacional;
Conselheiro(a) da Polícia Rodoviária Federal;
Conselheiro(a) da Polícia Rodoviária Federal;
Conselheiro(a) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
Conselheiro(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Abertura da reunião Dia 08/10/2024: O Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou a 10ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta cumprimentando todos os presentes. Após, como deliberação, solicitou que na próxima reunião do GTT esteja presente a suplência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, devido à terceira ausência da titularidade, pois é importante que haja a presença de todos para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Como encaminhamento ficou definido somente a participação presencial nas reuniões do GTT.

Ato seguinte, foi realizada a leitura, capítulo por capítulo, da proposta de minuta do Anteprojeto de Lei que institui a Política Nacional de Proteção às Pessoas Defensoras de Direitos Humanos.

Aberto o debate acerca do Capítulo 1, o Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres pontuou que no Art. 2º, referente à definição de Pessoas Defensoras, a estrutura textual ficou confusa, havendo necessidade de alteração para que fique mais coesa e organizada.

Posteriormente, o Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH inferiu que o título do capítulo não é adequado, pois possui a mesma redação da ementa, devendo ser modificado. Em relação à estrutura do capítulo, propôs-se que seja voltado para um conjunto de definições fundamentais à compreensão do texto legal.

O Conselheiro(a) da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT pontuou que no referido capítulo estão inseridas definições fundamentais mal redigidas, sendo necessária sua correção, destacando que a proteção coletiva deve estar claramente instituída, de forma coerente com as definições da ONU.

O Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas reforçou a importância de constar no texto a definição de que os defensores de direitos humanos lutam por novos direitos.

O Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública sugeriu alterar o Art. 1º para: Destinado a garantir a proteção integral. Também sugeriu modificar a estrutura do texto para: Todas as pessoas e coletividades, incluindo grupos e organizações.

O Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH propôs a criação de dois artigos no Capítulo 1, um para definir a Política Nacional e outro para sua finalidade. Inferiu que a palavra pessoa pode gerar problemática jurídica, sendo necessário avaliar outro termo. Solicitou ainda a retirada da expressão liberdades fundamentais após a palavra direitos.

O Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres pontuou a importância de inserir marcos legais nos primeiros artigos.

Aberto o debate acerca do Capítulo 2, os conselheiros definiram pela sua supressão, pois os conceitos já estavam contidos no Capítulo 1.

Aberto o debate acerca do Capítulo 3, o Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH pontuou que o Art. 5º precisa definir medidas protetivas de forma geral, sem especificar tipos. Quanto ao parágrafo único, sugeriu torná-lo artigo e substituir anuência por consentimento.

O Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas questionou se o realojamento e deslocamento seriam temporários, solicitando maior clareza.

O Conselheiro(a) da ABGLT destacou a importância de garantir a permanência da pessoa defensora em seu território.

O Conselheiro(a) do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC ressaltou a necessidade de menção à confidencialidade das informações dos beneficiários e transparência quanto a dados gerais da política.

O Conselheiro(a) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima enfatizou que o projeto deve ser enxuto.

Foi realizada leitura do Capítulo 4 Diretrizes. O Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH solicitou o retorno de diretrizes retiradas, especialmente controle social, fortalecimento da autonomia e interinstitucionalidade.

O Conselheiro(a) da ABGLT reforçou a necessidade de garantir interinstitucionalidade.

O Conselheiro(a) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sugeriu integrar interseccionalidade com integralidade da proteção.

O Conselheiro(a) do FNDC sugeriu exclusão do Art. 11 por tratar-se de obrigação legal.

No Capítulo 5 Plano Nacional, o Conselheiro(a) do Ministério dos Povos Indígenas propôs incluir o texto no Capítulo 1. O Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil MNDH sugeriu qualificar o papel do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e alterar redação para: O Plano Nacional é o instrumento orientador das ações de efetivação desta política.

No Capítulo 6 Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, foi sugerida a transferência da definição para o Capítulo 1 e a não vinculação a decreto específico.

No Capítulo 7 Estrutura de Governança, foi sugerida supressão de artigo redundante.

No Capítulo 8 Financiamento, houve debate sobre supressões, necessidade de orçamento específico e menção à dotação orçamentária da União.

Foi deliberado que apenas titulares e suplentes poderão participar das reuniões.

Houve discussão sobre princípios, incluindo participação social, integralidade da proteção, ausência de violência institucional, não retrocesso, indivisibilidade e interdependência, não discriminação.

Foi deliberada divisão do GTT em quatro Subgrupos:
Sub GTT 1 Acesso a Direitos e combate à impunidade;
Sub GTT 2 Proteção Estatal;

Sub GTT 3 Fortalecimento da Proteção Popular;
Sub GTT 4 Implementação, monitoramento e avaliação.

Encerramento Dia 08/10/2024: O Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania agradeceu a participação de todos e declarou encerrado o primeiro dia.

Abertura Dia 09/10/2024: O Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou os trabalhos. Houve debate sobre metodologia do Plano e Diagnóstico. Foram alinhadas pautas para reunião com a Ministra do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Encerramento Dia 09/10/2024: O Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania declarou encerrado o segundo dia.

Abertura Dia 10/10/2024: O Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou o terceiro dia. Foi realizada reunião com a Ministra do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Foram apresentados os eixos do Plano Nacional, destacando responsabilização, proteção estatal, proteção popular, monitoramento e implementação.

Houve informes dos Sub GTTs, encaminhamentos para reunião das coordenações e debate temático com convidados. Foram discutidos fluxos de investigação, articulação interinstitucional, integração de sistemas, metodologias de alerta, bases de dados e articulação com órgãos de controle e justiça.

Foi definida a sistematização de todos os pontos levantados em documento consolidado e estabelecida pauta e data para próxima reunião.

Encerramento Dia 10/10/2024: O Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania agradeceu a participação de todos e declarou encerrado o terceiro dia da 10ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta.